

Funai aposta na independência

OFERTAS DE RUPTURA SERÃO EXIBIDAS AOS ÍNDIOS ATÉ DEZEMBRO

Brasília (Sucursal) - O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Júlio Gaiger, diz que as dificuldades financeiras enfrentadas pela administração regional do órgão no Pará estão ocorrendo em todo o País e decorrem da não adaptação da administração pública à política de contenção de gastos do governo federal. "A situação não é exclusiva do Pará. É generalizada e não é só na Funai. Toda a administração pública federal está passando pelas mesmas dificuldades". Para Gaiger, o serviço público estava habituado a gerenciar considerando a inflação, remetendo custos para exercícios posteriores, e agora se vê obrigado a trabalhar "com o que possui e não com a perspectiva de recebimentos futuros".

Gaiger admite que o novo sistema tem desvantagens ao afetar os serviços prestados pelo Estado, mas ressalva que a contenção é indispensável para o equilíbrio das contas públicas. Para ele, "não se tinha conseguido compreender a nova realidade orçamentária, de maneira que eu herdei, em março, hábitos que ainda consideravam o sistema anterior ao Plano Real". Um dado significativo é que o orçamento da Funai saltou de R\$ 30 milhões em 94 para R\$ 67 milhões este ano. "Independente da liberação, a Funai dispõe de 100% mais recursos. Chama a atenção o fato de que essa disponibilidade orçamentária se consuma com a rapidez com que ela se esvai aqui na Funai. Estamos com todo o orçamento relativo a atividades comprometido e isso não foi obra de nenhum administrador isoladamente, mas o que se fez na Funai como um todo: o comprometimento antecipado do orçamento do ano inteiro, o que nos coloca na situação difícil de negociar dotações extra-orçamentárias ou de fazer manobras orçamentárias para atender às necessidades mais vitais".

Para Gaiger, nem sempre os administradores souberam priorizar os gastos que efetivaram e as questões mais graves foram deixadas por último porque há uma crença no "potencial da urgência". "Há quem pense que acenando com urgências se consegue sensibilizar o governo federal. Como presidente, preciso fazer uma manobra delicada. Por um lado, conto com os funcionários para revertermos esse processo de gastos sem priorização, e também para sermos mais frugais na administração orçamentário-financeira. Por outro lado, preciso encontrar meios para enfrentar essas situações mais extremadas, que existem no Brasil inteiro e que o Pará é um exemplo".

■ Como a Funai está agindo no caso dos problemas sociais decorrentes do empobrecimento, após longos períodos de exploração madeireira e garimpei-



Gaiger: ainda não há nada para mostrar

ra, como é o caso da reserva Kayapó?

□ Os Kayapó que estão envolvidos na exploração garimpeira e madeireira são pobres índios ricos. Por lá flui uma quantidade absurda de dinheiro que, contudo, não deixa rastro na comunidade. Não se vê um incremento na qualidade de vida daquelas comunidades. Muito pelo contrário. No final, os grandes beneficiários de tudo são os empresários que estão por trás do financiamento dessas atividades. Não vamos imaginar que um índio seja rico pelo fato de manter eventualmente um carro em Redenção ou uma casa alugada. Porque isso é apenas sinal exterior de bonança, mas no caso dos índios é apenas a adoção de um traço que, ao ver deles, os coloca em posição de melhor negociar com a sociedade envolvente. Então, eu não faço esse tipo de confusão. Apesar disso, os Kayapó, hoje, estão em situação bastante difícil. Estamos tentando discutir com eles as perspectivas e as viabilidades econômicas que eles possuem. É evidente que não se fazem milagres. Não há nada que possamos obter da noite para o dia. Estamos trabalhando duro, juntamente com o Ibama, tentando construir os caminhos para que possamos elaborar planos de manejo, projetos auto-sustentáveis que deem não somente para os Kayapó, mas para os índios do Brasil inteiro, alternativas econômicas de longo prazo. Agora, como é algo que começou há pouco tempo aqui na Funai, lamentavelmente não há nada que possamos apresentar como experiência já pronta e que possa ser paradigma para outras experiências. Contudo, o empenho e o trabalho estão sendo realizados. As pessoas estão profundamente envolvidas na tentativa de criar esses espaços e esses canais. A minha expectativa é que daqui para o final do ano nós tenhamos um painel de ofertas à disposição das comunidades indígenas que queiram fazer uma aposta diferente, uma aposta pela ruptura da dependência, para o que contarão sempre com o apoio da

Funai.

■ Há um temor, por parte do CIMI de que a revisão dos limites da área indígena Apyterewa resulte em trinta quilômetros a menos. A redução evitaria o conflito com um grupamento assentado pelo Incra no local. Haveria, inclusive, um documento enviado pela administração da Funai em Altamira, recomendando que a área fosse reduzida para diminuir a possibilidade de confronto na área, já sob forte tensão...

□ Eu não tenho conhecimento desse documento. E também respondo à pergunta do jornal, e não ao CIMI. Quero que isso seja registrado. O que aconteceu na área Apyterewa foi um erro na plotação dos marcos cartográficos, porque se usou um avião para fazer o sobrevôo. Um avião cujos instrumentos não acusavam a velocidade efetiva da aeronave, causando um erro para mais. De maneira que a Funai encaminhou uma portaria ao ministro (Nelson Jobim) englobando uma área que não é indígena. O grupo de trabalho que está em campo agora tem por finalidade exatamente tentar recolocar os limites cartográficos em consonância com o laudo antropológico. Eu não tenho conhecimento do expediente do administrador de Altamira, mas eventualmente pode ser uma ponderação que ele esteja fazendo em torno do problema na sua ordem geral. Para nós o que importa é uma demarcação que atenda a definição constitucional, que, no caso específico de Apyterewa, faça a correção que se impõe fazer. E que seja uma demarcação real, porque a mim, aqui na Funai, não me serve demarcação de papel. E nem para os índios.

■ O decreto 1775 provocou uma polêmica generalizada. As ONGs e a comunidade internacional manifestaram-se contrárias, alegando que o decreto prejudicava os interesses dos índios. É essa a sua avaliação?

□ Não só nunca foi essa a minha avaliação, porque o DL 1775 é um decreto procedimental, ele não consegue carregar no seu bojo os resultados, que são fixados pela Constituição e pela legislação ordinária, como por outro lado já temos hoje o saldo da aplicação da fase inicial desse decreto, que é altamente positivo em todos os sentidos: demarcações consolidadas, transparência administrativa e maior precisão jurídica nas decisões que encaminhamos ao ministro da Justiça e ao presidente da República.

■ A que o sr. atribui as reações negativas ao decreto?

□ A pessoas que só conseguem sobreviver sendo oposição a qualquer coisa que seja governo.

AGÊNCIA ESTADO